

## **\* Portaria nº 631-P, de 18 de março de 1991**

A Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 83, VII e XIV, do Regimento Interno do Ibama, e tendo em vista o que dispõem o art. 2º, da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, o art. 2º, III, da Lei nº 6.938<sup>1</sup>, de 31 de agosto de 1981, e os arts. 16, 17 e 21 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967<sup>2</sup>, e o art. 44, I e III do Regimento Interno, resolve:

**Art. 1º.** As atividades dos Clubes Ornitófilos de Passeriformes Canoros Nativos, descritos no anexo I, desta Portaria, são coordenadas pelas Federações Ornitófilas, devidamente registradas no Ibama.

§ 1º. Revogado<sup>3</sup>.

§ 2º. Os Clubes Ornitófilos, aos quais compete coordenar as atividades dos criadores de pássaros canoros nativos, compreendem as associações e as sociedades ornitófilas.

§ 3º. Será registrada, por unidade federada, uma Federação Ornitófila, com, no mínimo, quinze clubes associados.

**Art. 2º.** Para obter o registro junto ao Ibama, as Federações Ornitófilas devem encaminhar à Superintendência do Instituto, onde tenham sede e foro, requerimento instruído com a seguinte documentação;

I — cópia da ata de criação da Federação e da assembléia da eleição da primeira e da última diretoria, se for o caso, e dos estatutos sociais, devidamente registrados no município sede da entidade;

II — alvará de localização fornecido pelo órgão municipal competente, onde a Federação tenha sede e foro; e

III — relação nominal dos clubes, com os respectivos endereços.

§ 1º. O registro será concedido pela Diretoria de Controle e Fiscalização — Dircof após parecer técnico da Diretoria de Ecossistemas — Direc.

---

\* Revogada pela Portaria nº 57, de 11 de julho de 1996, pág. 2035, Apêndice.

1 Vide Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Tema 9: "Proteção ao Meio Ambiente", pág. 1098.

2 Vide Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, pág. 359, neste Tema.

3 Revogado pela Portaria nº 101, de 29, de setembro de 1994.

§ 2º. As Federações comunicarão à Superintendência Estadual do Ibama da unidade federada correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações que ocorrerem no seu endereço, no objeto social e denominação da razão social.

Art. 3º. Os Clubes deverão apresentar os seguintes documentos para filiação junto à Federação:

I — cópia dos estatutos sociais, devidamente registrados em cartório de títulos e documentos;

II — cópia das atas das reuniões de fundação do clube, de eleição da diretoria, nome e endereço dos sócios fundadores; e

III — cópia do alvará de localização, expedido pelo órgão municipal competente onde a entidade tem sede e foro.

§ 1º. É facultado aos clubes promover sua desfiliação:

a) para formar federação; e

b) para filiar-se à federação da própria unidade federada.

§ 2º. Os Clubes deverão estar filiados a apenas uma federação, podendo prestar colaboração a outras federações, nas atividades afins.

§ 3º. Cada federação deverá comunicar à Superintendência Estadual do Ibama da unidade federada correspondente, a filiação e a desfiliação de clubes.

§ 4º. Os clubes informarão à federação a que estiver filiado no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações que ocorrerem no seu endereço, no objeto social e na denominação da razão social.

§ 5º. As Federações comunicarão à Superintendência Estadual do Ibama à qual está jurisdicionada, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações de que trata o parágrafo anterior.

Art. 4º. A legalização do plantel do sócio será feita com a apresentação da Relação de Passeriformes Canoros Nativos, constante do anexo II.

§ 1º. O sócio deverá manter sempre atualizada, junto a seu clube, a relação de que trata este artigo, apresentando-a em quatro vias, com a seguinte destinação:

a) 1ª via — sócio;

b) 2ª via — clube de filiação do sócio;

c) 3ª via — Federação à qual for filiado o clube; e

d) 4.<sup>a</sup> via — Superintendência Estadual do Ibama, com jurisdição sobre o clube.

§ 2.<sup>o</sup>. Cabe à Federação aprovar e enviar cada via aos respectivos destinatários.

**Art. 5.<sup>o</sup>. Revogado<sup>4</sup>.**

**Art. 6.<sup>o</sup>.** O Ibama celebrará convênios com as Federações Ornitófilas para a expedição de identificação aos sócios dos clubes, conforme modelo constante do anexo III, com validade anual, mediante contribuição de Cr\$ 905,00 (novecentos e cinco cruzeiros)<sup>5</sup>.

Parágrafo único. A carteira de identificação comprova a condição de sócio e, quando acompanhada da relação prevista no art. 6.<sup>o</sup>, assegura o livre trânsito dos passeriformes levados a concursos ou exposições.

**Art. 7.<sup>o</sup>.** As Federações serão as únicas autorizadas a fabricar, ou mandar fabricar, anéis fechados e invioláveis, destinados ao anilhamento de passeriformes canoros nativos, nascidos em cativeiro contendo numeração seriada, conforme Anexo IV, os quais serão fornecidos aos clubes mediante requerimento e repassados a seus sócios.

Parágrafo único. A Superintendência Estadual do Ibama deverá ser científica sempre que houver repasse de anilhas aos clubes, constando da comunicação, nome do clube, quantidade e série.

**Art. 8.<sup>o</sup>.** Os sócios só podem transacionar os produtos da criação, entre si, no máximo de até cinquenta filhotes por ano, devidamente anilhados com anéis fechados e invioláveis.

Parágrafo único. É obrigatório, na transação de filhotes, o certificado específico, Anexo V, autorizado pelas Federações, mediante carimbo e visto.

**Art. 9.<sup>o</sup>.** A comercialização de filhotes de passeriformes não portadores de anel fechado e a posse ou o transporte de animais em situação irregular, implicará:

- I — no recolhimento da Carteira de Identificação do sócio;
- II — na cassação de sua filiação ao clube;
- III — na apreensão de todos os pássaros em seu poder; e

---

<sup>4</sup> Revogado pela Portaria nº 101, de 29 de setembro de 1994

<sup>5</sup> O Valor da contribuição está expressa em Reais (R\$), conforme Tabela de Preços.

IV — no impedimento de filiação em clubes de passeriformes canoros, pelo prazo de 3 (três) anos.

**Art. 10.** A documentação das Federações e Clubes ficará à disposição do Ibama para fiscalização e auditoria, a qualquer tempo.

**Art. 11.** A inobservância desta Portaria pelas Federações e pelos Clubes implicará na aplicação das penalidades previstas nas Leis nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 e nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988 e demais legislação pertinente.

**Art. 12.** Os casos omissos nesta Portaria, serão resolvidos pela Presidência do Ibama, ouvida a Diretoria de Ecossistemas e a Superintendência envolvida.

**Art. 13.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 14.** Fica revogada a portaria nº 131, de 5 de maio de 1988.

Tânia Maria Tonelli Munhoz

Presidente

(DOU de 21.03.91)